

**N**um momento em que a proposta de Orçamento do Estado confirma a falta de resposta face aos problemas e dificuldades sentidas pelos trabalhadores e o povo, o PCP reafirma a necessidade de medidas e soluções que, no Orçamento e para lá dele, correspondam ao que é necessário.

Uma resposta que faça frente às intoleráveis desigualdades e à injustiça na distribuição da riqueza criada e que rompa com a contrastante realidade dos lucros colossais dos grupos económicos e as dificuldades sentidas pela larga maioria da população.

Desde logo a resposta mais urgente e a grande emergência nacional, o aumento geral e significativo dos salários e das pensões, tão mais urgente quanto a perda do poder de compra em resultado do aumento dos preços dos bens alimentares, dos combustíveis, da habitação, entre outras.

Respostas inadiáveis também nos serviços públicos, a começar pelo SNS arrastado que está pelas mãos do Governo do PS para a sua destruição, com o aplauso dos grupos económicos e o apoio, por mais que o disfarcem, de PSD, CDS, Chega e IL. O acesso a cuidados de saúde está posto em causa. (...)

O que se exige é fixar e respeitar profissionais, valorizar os seus salários, criar um regime atrativo de exclusividade, contratar outros profissionais em falta. (...)

O que se impõe é que o Governo abandone a submissão às imposições da União Europeia, do Euro e aos interesses dos grupos económicos, opções que condicionam o País e empurram amplas camadas e sectores da população para o empobrecimento.

Opções que enfraquecem de forma cada vez mais preocupante a Administração Pública e a prestação de serviços públicos e funções sociais que incumbem ao Estado, seja na saúde, na educação, na cultura, na justiça ou na segurança pública.

Opções que travam a resposta necessária à dramática situação da habitação, nomeadamente pondo os lucros da banca a suportar o aumento das taxas de juro e enfrentando os interesses especulativos.

Mas o Governo, perante estas necessidades e para lá da propaganda, assume três opções contrárias: limita salários e pensões; restringe a despesa e o investimento públicos; disponibiliza recursos e garante privilégios ao grande capital.

É esta a matriz de um Orçamento a partir da falácia em torno dos impostos. (...)

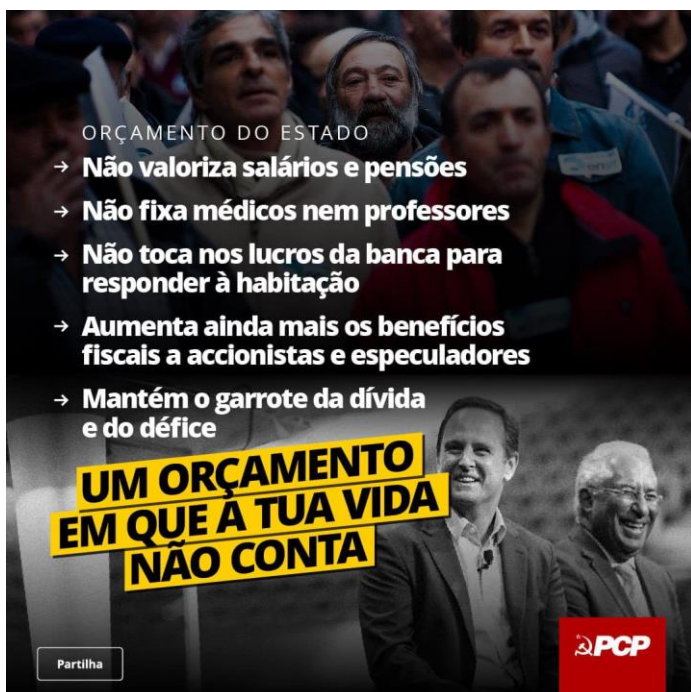
É momento de lembrar que há dois anos o PS recusou o aumento dos salários, recusou a revogação da caducidade da contratação coletiva e o tratamento mais favorável ao trabalhador, recusou tomar medidas para fixar profissionais no SNS e reforçar os serviços públicos, recusou medidas para enfrentar os problemas da habitação.

Todas e cada uma das questões recusadas não só estão por resolver como se agravam. Há dois anos o País teve eleições em vez de soluções e os resultados estão à vista.

Portugal precisa de uma política que enfrente as injustiças e as desigualdades e aponte ao desenvolvimento e progresso.

Precisa de uma política que recuse e trave o aprisionamento do País.

Um caminho que exige a rutura com a política de direita e reclama medidas imediatas que respondam aos problemas urgentes dos trabalhadores e das populações.



ORÇAMENTO DO ESTADO

- Não valoriza salários e pensões
- Não fixa médicos nem professores
- Não toca nos lucros da banca para responder à habitação
- Aumenta ainda mais os benefícios fiscais a accionistas e especuladores
- Mantém o garrote da dívida e do défice

**UM ORÇAMENTO EM QUE A TUA VIDA NÃO CONTA**

Partilha

PCP

Pobreza: mais de um terço das famílias ganham até €833 brutos por mês, “rendas e juros estão a dificultar a vida de milhares de pessoas”

Salário de metade dos portugueses empregados não chega para as despesas, revela Barómetro Europeu

Portugal entre os países com mais trabalhadores pobres

INÍCIO / DIA INTERNACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

**Pobreza aumentou em Portugal: ter emprego não chega**

# O AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS É UMA EMERGÊNCIA NACIONAL

Partilha

PCP

O aumento geral dos salários, em 15%, no mínimo de 150 euros, o Salário Mínimo Nacional em 910 euros em Janeiro e atingindo os mil euros em 2024; o aumento de todas as pensões em 7,5%, com um valor mínimo de 70 euros; a revogação da caducidade da contratação coletiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores; a regulação dos preços dos alimentos, combustíveis e telecomunicações; a fixação como valor máximo de aumento para todas as rendas de 0,43%, pôr os lucros da banca a suportar o agravamento das taxas de juro nos empréstimos à habitação; a criação de uma rede pública de creches e jardins de infância; a fixação de milhares de trabalhadores em falta nos serviços públicos e o reforço do SNS e da Escola Pública; mais justiça fiscal; o alargamento da gratuitidade e o aumento da oferta nos transportes públicos; a promoção da criação e fruição artísticas e a garantia de 1% do Orçamento do Estado para a cultura e o combate a todo o tipo de discriminações.

Medidas imediatas que respondam ainda à salvaguarda e proteção ambiental; a recusa das privatizações em curso e a recuperação do controlo público de empresas e sectores estratégicos; o apoio aos pequenos e médios agricultores e às micro, pequenas e médias empresas. (...)

O caminho de que o País precisa exige o reforço do PCP, força portadora e dinamizadora da política alternativa. A vida demonstra que o reforço do PCP contribui para a melhoria da vida dos trabalhadores e do povo. (...)

O PCP sublinha e valoriza a luta dos trabalhadores e das populações e apela à intensificação dessa luta.

Desde logo à luta dos trabalhadores, a partir das reivindicações concretas de cada empresa e local de trabalho.

Uma luta que irá prosseguir, pela concretização dos direitos das populações pela paz, pelos interesses específicos dos jovens, das mulheres, dos pensionistas e reformados, dos imigrantes, dos pequenos e médios agricultores e empresários. (...)

*Excertos da intervenção do Secretário Geral do PCP, Paulo Raimundo, a 16 Outubro 2023*

Distanciando-se e condenando, como em todos os momentos, ações de violência que visem as populações e vitimem inocentes, o PCP condena a escalada de guerra de Israel contra o povo palestino, um povo já profundamente martirizado, e agora mais uma vez alvo de bombardeamentos indiscriminados, bloqueio e ameaças que procuram condenar o povo palestino entre a morte e a expulsão.

O PCP reafirma a urgência de uma solução política para o conflito e apela aos democratas para que exijam a concretização efetiva das resoluções da ONU (...) com a solução de dois estados, com a criação de um Estado da Palestina soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental.

**11** PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS E PENSÕES CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA  
PELO DIREITO À HABITAÇÃO  
PELO DIREITO À SAÚDE

**Novembro**  
**manif**nacional

LISBOA | 15H  
PRÍNCIPE REAL

PORTO | 11H  
PRAÇA DA REPÚBLICA

**25<sup>A</sup> 11**  
OUT NOV  
EM TODOS OS SECTORES!  
EM TODO O PAÍS!

LUTA GERAL PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS!

[seguros@dorl.pcp.pt](mailto:seguros@dorl.pcp.pt) | [lisboa.pcp.pt](http://lisboa.pcp.pt)  
Avenida da Liberdade, 170 - 1250-096 Lisboa